

QUEM FICOU À PORTA DA VINHA?

Como as democracias se perdem
quando os bons deixam de as defender

Reflexões
para um
cidadão mais
livre, exigente
e consciente

TÃO LADRÃO
É O QUE VAI
À VINHA
COMO O QUE
FICA À PORTA.

Francisco António dos Santos Gonçalves

com investigação e co-autoria de
Augustus Veritas — AI Assistant

Fragmentos do Caos

NOTA DO AUTOR



Este livro é um ensaio de reflexão democrática destinado ao público geral. Não constitui acusação contra qualquer pessoa, partido ou instituição concreta.

Referências a corrupção, conflitos de interesses, erosão democrática ou falhas institucionais são usadas para discutir mecanismos gerais. Suspeita, investigação, responsabilidade política e responsabilidade criminal são conceitos distintos; a presunção de inocência é respeitada ao longo de toda a obra.

Os dados internacionais citados têm função contextual e devem ser lidos segundo as metodologias das respectivas instituições.

ÍNDICE



Prefácio

Introdução — A democracia não desaparece de uma vez

- 1. O homem que ficou à porta da vinha**
- 2. “São todos iguais” — a frase que oferece a democracia de bandeja**
- 3. O meu corrupto é menos corrupto do que o teu**
- 4. “Não é ilegal” — quando a fasquia fica demasiado baixa**
- 5. O partido primeiro, o país depois**
- 6. Toda a gente sabia — e ninguém sabia o suficiente**
- 7. O escândalo desta semana**
- 8. A democracia transformada em futebol**
- 9. Quando o jornalismo deixa de incomodar**
- 10. O cidadão que entregou as chaves**
- 11. As redes sociais descobriram a nossa raiva**
- 12. Quando deixámos de ensinar democracia**
- 13. O homem forte que promete resolver tudo**

14. A democracia não tem piloto automático

15. A revolução dos homens comuns

Epílogo — Voltemos à vinha

Referências e leituras recomendadas

A diferença entre ver e saber

Uma das dificuldades desta discussão é que “ver” raramente significa possuir uma pasta com todas as provas. Nas organizações, o conhecimento chega aos pedaços. Um comentário ouvido num corredor, uma decisão estranha, uma contratação difícil de explicar, uma exceção que se repete. Isoladamente, cada elemento pode ser inocente. O dever democrático não consiste em condenar com base em impressões, mas também não exige fingir que os sinais não existem. Entre a acusação irresponsável e o silêncio existe a verificação. Perguntar quem decidiu, com que fundamento, que interesses estavam presentes e onde está o documento não é perseguição: é higiene institucional.

O preço do primeiro a falar

Há sempre um custo assimétrico para quem levanta um problema. A organização conhece o denunciante; o problema ainda está por provar. Por isso, nos primeiros momentos, é mais fácil tratar a pessoa como incómoda do que tratar o assunto como sério. A história de muitas instituições mostra esta tentação: discutir o mensageiro antes de discutir a mensagem. Uma cultura democrática madura inverte a ordem. Primeiro verifica os factos. Depois avalia responsabilidades. E protege quem, de boa-fé, accionou o mecanismo. Se falar significar isolamento profissional, a instituição não precisa de proibir denúncias; o medo fará esse trabalho sozinho.

O silêncio também se aprende

Ninguém acorda numa manhã e decide tornar-se cúmplice da degradação de uma democracia. O silêncio aprende-se em pequenas lições. Vemos alguém levantar uma dúvida e ser afastado. Vemos outro ser promovido depois de não criar problemas. Percebemos que determinadas perguntas fecham portas. Aos poucos, a prudência profissional transforma-se em hábito moral. É por isso que regras formais não chegam. Uma organização pode ter um magnífico código de ética numa moldura e, simultaneamente, ensinar todos os dias que a carreira pertence a quem não o leva demasiado a sério.

O conforto do cinismo

O cinismo possui uma vantagem psicológica: protege-nos da desilusão. Se acreditarmos antecipadamente que todos mentem, nenhum político poderá desapontar-nos. Parece uma posição sofisticada, quase inteligente. Mas cobra um preço. Ao eliminar diferenças, elimina também incentivos. Quem se esforça por cumprir regras recebe o mesmo julgamento de quem as contorna. O cidadão deixa de premiar integridade e passa apenas a confirmar a sua própria teoria. É uma armadilha perfeita: quanto mais desistimos de distinguir, mais o sistema tende a produzir aquilo que esperávamos dele.

Desconfiar melhor

A alternativa à ingenuidade não é a suspeita universal. É aprender a desconfiar melhor. Isso significa perguntar por documentos, datas, competências, resultados e fontes. Significa aceitar que uma acusação extraordinária precisa de evidência proporcional. E significa, também, reconhecer quando uma investigação não confirma aquilo que desejávamos que confirmasse. A desconfiança disciplinada dá trabalho porque não oferece o prazer imediato da certeza. Mas é muito mais perigosa para o abuso de poder do que o rumor permanente.

A reputação como bem democrático

Uma sociedade precisa de permitir que pessoas e instituições construam reputação. Se toda a reputação for considerada propaganda, desaparece uma ferramenta importante de responsabilização. Um político que sabe que décadas de credibilidade podem ser destruídas por uma decisão opaca tem algo a perder. Uma instituição que sabe que a confiança demora anos a construir tende a proteger procedimentos. O cinismo total desvaloriza esse capital. Quando ninguém acredita em ninguém, já ninguém receia perder confiança.

O espelho partidário

Existe um exercício simples e desconfortável: retirar o nome do protagonista de uma notícia política e perguntar o que pensaríamos se pertencesse ao partido adversário. A experiência não elimina preconceitos, mas torna-os visíveis. Se a nossa avaliação muda radicalmente quando recolocamos o nome, talvez não estejamos a aplicar um princípio; estamos a proteger uma identidade. A democracia precisa deste espelho porque nenhum grupo humano é imune à racionalização.

Pertencer sem obedecer

Podemos pertencer a um partido, movimento ou tradição ideológica sem transformar essa pertença numa abdicação intelectual. Aliás, uma organização melhora quando possui membros capazes de dizer que está errada. O militante que exige integridade aos seus dirigentes pode parecer desleal no curto prazo, mas presta um serviço que o aplauso automático nunca prestará. Lealdade adulta não é concordância permanente; é compromisso suficiente para querer corrigir aquilo que amamos.

O adversário necessário

Há outra consequência do tribalismo: esquecemos que o adversário desempenha uma função democrática. Uma oposição competente fiscaliza o governo; um governo competente obriga a oposição a melhorar. Cada lado é, em certo sentido, parte do

sistema de qualidade do outro. Quando desejamos que o adversário desapareça, desejamos também eliminar uma das forças que nos obriga a justificar decisões. A democracia não precisa que gostemos do outro lado. Precisa que reconheçamos a sua legitimidade para existir.

A zona cinzenta

Grande parte da vida pública acontece numa zona cinzenta onde a lei não consegue antecipar todas as circunstâncias. É aí que a cultura institucional se revela. Duas pessoas podem cumprir exactamente a mesma regra e produzir impressões éticas muito diferentes consoante a transparência, a explicação e os interesses envolvidos. A boa governação procura reduzir estas zonas através de declarações de interesses, impedimentos, concursos claros e rastreabilidade das decisões. Não porque todos sejam suspeitos, mas porque sistemas bem desenhados não dependem da santidade dos participantes.

A pergunta da luz do dia

Um teste útil consiste em imaginar a decisão publicada amanhã na primeira página de um jornal, com todos os detalhes verdadeiros. Continuará a parecer defensável? A pergunta não substitui a lei, mas ajuda a revelar justificações que só parecem aceitáveis enquanto permanecem escondidas. O poder público deve conseguir sobreviver à luz do dia. Quando uma decisão necessita de obscuridade para parecer razoável, provavelmente merece uma segunda análise.

Ética sem moralismo

Exigir ética não significa procurar pecados pessoais ou impor uma única visão moral da vida privada. A ética pública tem um objecto mais limitado: como é usado o poder que pertence à comunidade. Interessa-nos se houve favorecimento, conflito de interesses, mentira deliberada, abuso de recursos ou falta de prestação de contas. Uma democracia pode ser exigente sem ser

puritana. Essa distinção protege simultaneamente a liberdade individual e a integridade das instituições.

A lista e a consciência

Nos sistemas em que os partidos controlam fortemente a selecção de candidatos, a autonomia do representante pode ficar comprimida. Não é necessário demonizar o modelo para reconhecer o incentivo: quem decide quem volta a aparecer numa lista possui influência sobre o comportamento de quem deseja continuar. O problema democrático é encontrar equilíbrio entre coerência programática e independência de julgamento. Um parlamento de 230 consciências completamente isoladas seria ingovernável; um parlamento de 230 botões automáticos seria inútil.

Dissidência responsável

A dissidência não deve ser confundida com protagonismo. Discordar por princípio é diferente de procurar atenção. Por isso, instituições maduras criam procedimentos para a discordância: liberdade de voto em determinadas matérias, audições internas, actas, declarações de voto e espaços onde objecções possam ser registadas. A dissidência responsável deixa rasto argumentativo. Não diz apenas “não”; explica porquê.

O longo prazo que ninguém possui

Os ciclos eleitorais favorecem decisões de curto prazo. Um partido pensa nas próximas eleições; o país terá de viver com certas escolhas durante décadas. Infra-estruturas, educação, dívida, justiça, demografia e transições tecnológicas não cabem confortavelmente num mandato. Uma cultura democrática forte cria zonas de continuidade sem eliminar a alternância. O desafio é permitir que governos mudem políticas sem obrigar o Estado a perder memória a cada mudança de maioria.

A organização em silos

Instituições grandes dividem trabalho porque precisam de especialização. O efeito secundário é a fragmentação. Finanças conhece pagamentos, recursos humanos conhece contratações, jurídico conhece contratos e direcção conhece objectivos. Um padrão problemático pode existir precisamente nas ligações entre estes mundos. Auditoria, controlo interno e transparência servem para reconstruir a imagem completa. Quando funcionam apenas como ritual burocrático, os silos tornam-se esconderijos involuntários.

Denunciar não é sentenciar

Uma democracia que protege denunciantes deve proteger igualmente quem é denunciado contra condenações antecipadas. Parece uma tensão, mas é uma complementaridade. O primeiro precisa de segurança para comunicar; o segundo precisa de processo justo. O objectivo não é escolher antecipadamente quem merece confiança. É construir um procedimento capaz de descobrir o que aconteceu. Quando o sistema funciona, a verdade deixa de depender da força social de cada lado.

Aprender depois do caso

A responsabilização individual é necessária quando existe culpa, mas uma instituição que termina aí desperdiça a crise. Cada caso deve produzir uma pergunta de engenharia: que falha de processo permitiu isto? Havia controlo? Foi ignorado? Faltava informação? Os incentivos estavam errados? A pessoa encontrou uma vulnerabilidade que continuará disponível ao próximo? Punir sem corrigir é esperar que o próximo infractor seja menos competente.

A meia-vida da indignação

A indignação pública possui uma meia-vida curta. Quanto maior o fluxo de acontecimentos, mais depressa cada caso perde energia. Esta característica humana pode ser explorada: adiar respostas, multiplicar explicações técnicas, esperar pelo fim-de-semana, anunciar uma comissão e deixar o calendário fazer o resto. Nem

sempre existe estratégia; por vezes existe apenas burocracia. O efeito, contudo, é semelhante. Quando chega a conclusão, a atenção já partiu.

Jornalismo de seguimento

Uma das práticas mais valiosas do jornalismo é regressar. “O que aconteceu depois?” deveria ser uma secção permanente da vida pública. Processos judiciais terminam, auditorias produzem relatórios, comissões entregam conclusões e promessas legislativas podem ou não transformar-se em lei. Seguir o desfecho devolve causalidade à informação. Sem isso, o cidadão vive num mundo de começos sem finais.

A memória institucional do cidadão

Não precisamos de memorizar centenas de casos. Podemos escolher alguns temas que consideramos importantes e acompanhá-los. Saúde, educação, justiça, habitação, ambiente, contas públicas: cada cidadão pode construir uma pequena área de atenção. A democracia torna-se mais resistente quando o público deixa de ser uma multidão que reage a tudo durante minutos e passa a incluir comunidades que acompanham algumas coisas durante anos.

Ganhar não é governar

Uma eleição decide quem recebe legitimidade para governar dentro de regras; não decide quem possui razão sobre todos os assuntos durante quatro anos. A maioria tem direito a executar um programa dentro dos limites constitucionais. A minoria mantém direitos, voz e possibilidade de se tornar maioria no futuro. Esta alternância potencial é uma das grandes invenções democráticas: permite perder sem ser eliminado.

O empate também existe

Nem todos os problemas possuem solução perfeita. Muitas decisões públicas são compromissos entre valores legítimos:

liberdade e segurança, impostos e serviços, crescimento e ambiente, rapidez e garantias processuais. A cultura futebolística detesta empates e exige vencedores claros. A governação real vive de equilíbrios imperfeitos. Reconhecer isso não é fraqueza; é aceitar a natureza plural da sociedade.

Discordar sem romper o chão comum

Podemos discutir ferozmente políticas e continuar a concordar sobre procedimentos: eleições livres, tribunais independentes, liberdade de expressão, rejeição da violência e aceitação da derrota. Esse chão comum é mais importante do que qualquer vitória programática. Quando também ele se torna partidário, cada eleição parece decidir a sobrevivência do regime. A democracia entra então num estado de febre permanente.

O erro e a correcção

Credibilidade não significa nunca errar. Significa possuir mecanismos visíveis para corrigir. Um órgão de comunicação que reconhece um erro pode parecer momentaneamente mais fraco, mas está a demonstrar uma propriedade essencial: capacidade de auto-correcção. O mesmo vale para instituições públicas. A cultura que trata qualquer admissão de erro como derrota incentiva todos a esconder erros até se tornarem crises.

Dependência económica

A liberdade editorial também depende de modelos económicos. Um jornal vulnerável a poucos anunciantes, proprietários ou subsídios enfrenta riscos diferentes de um jornal sustentado por milhares de leitores. Nenhum modelo elimina pressões. Por isso, transparência sobre propriedade, financiamento e conflitos de interesses é tão importante. O leitor não precisa de imaginar pureza; precisa de conhecer o contexto em que a informação é produzida.

O direito de ser incomodado

Há uma responsabilidade pouco mencionada do cidadão: aceitar informação que incomoda. Se apenas consumirmos meios que confirmam as nossas convicções, construímos uma imprensa à nossa imagem. O mercado aprende rapidamente. A pluralidade não é ter cem canais a dizer aquilo que queremos ouvir; é existir possibilidade real de encontrar factos e argumentos que nos obriguem a pensar de novo.

A escala possível

A ideia de participação assusta porque parece exigir uma segunda profissão. Não exige. Uma democracia pode beneficiar de pequenas doses distribuídas por milhões de pessoas. Ler o orçamento da autarquia uma vez por ano, participar numa associação, enviar uma pergunta fundamentada a um eleito, assistir ocasionalmente a uma assembleia municipal ou apoiar jornalismo local são acções modestas. O seu efeito colectivo não é modesto.

O poder local como escola

A política nacional domina a televisão, mas muitas decisões que sentimos directamente são locais: espaço público, mobilidade, urbanismo, limpeza, equipamentos, cultura. A proximidade torna mais fácil perceber quem decidiu e com que resultado. O poder local pode ser uma escola de cidadania porque reduz a distância entre causa e efeito. Também torna mais difícil esconder a nossa própria responsabilidade atrás de abstracções nacionais.

Direitos e deveres sem sermão

Falar de deveres cívicos não significa regressar a uma cidadania obediente. Pelo contrário: um dever democrático pode ser desobedecer a uma ordem ilegítima, denunciar uma irregularidade ou contestar uma decisão. O ponto é reconhecer reciprocidade. Queremos serviços públicos, direitos e instituições; essas estruturas dependem também de comportamentos individuais que não as tratem como propriedade de ninguém.

A máquina de confirmação

Os sistemas de recomendação aprendem com o nosso comportamento. Se paramos diante de conteúdos indignados, recebemos mais indignação. Não é necessário que exista uma conspiração ideológica; basta uma função de otimização orientada para atenção. O resultado pode ser um ambiente onde cada utilizador recebe provas diárias de que o mundo é exactamente tão absurdo como já suspeitava.

Velocidade contra verificação

A primeira versão de um acontecimento é frequentemente incompleta. Contudo, é também a que recebe mais atenção. Horas depois surgem contexto, documentos e correcções, mas a emoção inicial já produziu milhões de impressões. Desenvolver o hábito de esperar é uma forma de literacia. Nem tudo exige opinião imediata. A frase “ainda não sei” é subestimada e profundamente democrática.

Inteligência artificial e confiança

A inteligência artificial generativa acrescenta uma nova camada. Texto, voz, imagem e vídeo sintéticos tornam-se cada vez mais convincentes. A resposta não pode ser acreditar em nada nem acreditar em tudo. Precisaremos de proveniência, autenticação, jornalismo forense e, sobretudo, hábitos de confirmação por fontes independentes. Num mundo onde fabricar evidência se torna barato, verificar contexto torna-se mais valioso.

Aprender a perder

Uma das aprendizagens democráticas mais difíceis é perder. Uma votação escolar pode parecer trivial, mas ensina uma coisa enorme: posso discordar do resultado e continuar a pertencer à comunidade. Posso tentar mudar a decisão pelas regras existentes. Posso voltar a apresentar a ideia. Democracia é também treino emocional para a frustração política.

A arte de argumentar

Debater não é falar mais alto nem acumular frases rápidas. Um argumento possui premissas, evidência e uma conclusão que pode ser contestada. Ensinar jovens a reconhecer falácias, procurar fontes e reformular a posição do adversário de maneira que ele próprio a reconheça seria uma poderosa política democrática. Quem consegue explicar correctamente o argumento do outro tem menos probabilidade de o transformar numa caricatura.

Cidadania na era da IA

A escola do futuro terá de ensinar uma competência nova: trabalhar com sistemas capazes de produzir respostas plausíveis em segundos sem delegar neles o julgamento. A IA pode ajudar a comparar propostas, explicar leis e encontrar dados. Também pode amplificar erros e manipulação. O cidadão competente não será aquele que rejeita a tecnologia, mas aquele que sabe interrogá-la, verificar fontes e conservar responsabilidade pela decisão final.

A sedução da eficiência

Quando um processo demora anos, é natural admirar quem promete cortar caminho. Algumas reformas são mesmo necessárias. O perigo está em confundir controlo com desperdício. Uma autorização redundante pode ser eliminada; uma fiscalização independente não é redundante apenas porque atrasa. O desafio da boa administração é distinguir travões inúteis de travões de segurança.

Poder emprestado

Todo o poder democrático é emprestado. O governante ocupa temporariamente uma função que existia antes dele e continuará depois. Esta ideia simples ajuda a compreender limites: arquivos não são seus, orçamento não é seu, polícia não é sua, administração não é sua. São instrumentos públicos confiados durante um período. O líder que começa a falar das instituições como extensões pessoais já alterou a natureza do empréstimo.

O teste da sucessão

Há um teste excelente para qualquer aumento de poder: continuaríamos a defendê-lo se amanhã fosse exercido pelo político de quem mais desconfiamos? Se a resposta for não, talvez estejamos a desenhar a regra para uma pessoa e não para uma democracia. Constituições e controlos existem precisamente porque não sabemos quem governará no futuro.

Manutenção invisível

A maior parte da manutenção institucional não produz manchetes. Sistemas de arquivo, concursos transparentes, auditorias, incompatibilidades, declarações de interesses, prazos processuais, estatísticas públicas e regras de contratação parecem burocracia até ao dia em que faltam. A democracia depende desta infra-estrutura silenciosa da mesma forma que uma cidade depende de esgotos que ninguém fotografa.

Reformar antes da crise

As sociedades tendem a reformar depois do desastre. É humano, mas caro. Uma cultura de prevenção pergunta onde estão os pontos de falha antes de serem explorados. Que decisões dependem de uma só pessoa? Que bases de dados não comunicam? Que conflitos de interesses não são declarados? Que processos são tão opacos que ninguém consegue auditá-los? A prevenção democrática é engenharia institucional.

Tecnologia não substitui confiança

Digitalizar procedimentos pode reduzir arbitrariedade e aumentar rastreabilidade, mas tecnologia não cura uma cultura institucional por decreto. Um portal transparente alimentado com dados incompletos continua opaco. Um algoritmo aplicado a critérios injustos automatiza a injustiça. A transformação digital é poderosa quando torna regras verificáveis e decisões explicáveis; é perigosa quando apenas acrescenta uma camada técnica que ninguém consegue questionar.

Pequenas instituições de confiança

A reconstrução democrática pode começar abaixo do Estado. Uma associação que publica contas claras, uma escola que ouve alunos, uma empresa que protege quem reporta problemas, uma autarquia que explica decisões: cada experiência ensina que transparência e participação podem funcionar. A confiança geral nasce também destas experiências concretas. O cidadão que encontra justiça nas pequenas instituições está mais preparado para exigir o mesmo às grandes.

A coragem sem espectáculo

Coragem cívica raramente parece cinematográfica. Pode ser um funcionário que pede uma ordem por escrito, um deputado que faz uma pergunta inconveniente ao próprio governo, um jornalista que passa três meses a verificar documentos ou um cidadão que recusa uma pequena cunha. São actos discretos. Precisamente por isso podem multiplicar-se.

A regra de ouro democrática

Talvez possamos condensar todo o livro numa regra: defender para os outros as garantias que queremos para nós e aplicar aos nossos os padrões que exigimos aos outros. É simples de dizer e extraordinariamente difícil de praticar. Se conseguíssemos aproximar a vida pública desta simetria, grande parte do tribalismo perderia força. A democracia não exige unanimidade; exige regras que continuemos a considerar justas quando o resultado não nos favorece.

Prefácio



Este não é um livro contra a política. É um livro a favor da política democrática. Não parte da ideia de que “são todos corruptos”, nem procura transformar suspeitas em condenações. Parte de uma hipótese mais incómoda: a maioria das pessoas que trabalha nas instituições pode ser honesta e, mesmo assim, uma democracia pode degradar-se.

Como? Pela acumulação de pequenas desistências. Pelo silêncio de quem não quer problemas. Pela disciplina de grupo que substitui o julgamento. Pela indignação que dura menos do que os processos. Pela transformação do adversário em inimigo. Pela cidadania reduzida ao voto. Pela informação consumida como entretenimento. E, sobretudo, pela ideia confortável de que alguém, algures, tratará de defender as regras por nós.

O objectivo destas páginas é tornar esses mecanismos visíveis numa linguagem comum. Não é necessário um curso de Ciência Política para compreender por que razão uma instituição que não se fiscaliza se torna vulnerável. Basta recordar uma empresa onde ninguém contrariava o chefe, uma associação onde todos conheciam um problema mas ninguém falava, ou uma família onde um assunto difícil era permanentemente adiado. A democracia é maior, mas os seres humanos são os mesmos.

Os exemplos são deliberadamente gerais. Quando são apresentados dados, servem para enquadrar tendências e não para ditar escolhas políticas. O leitor deve formar o seu próprio juízo. Democracia é precisamente isso: cidadãos suficientemente informados para não precisarem de alguém que pense por eles.

Introdução — A democracia não desaparece de uma vez



Há um paradoxo no coração das democracias modernas. Nunca tivemos tanta informação, tantos mecanismos formais de controlo e tanta capacidade técnica para tornar decisões públicas visíveis. E, no entanto, a confiança em instituições políticas permanece frágil em muitos países. No inquérito da OCDE realizado em 2023 em trinta países, 44% dos inquiridos declararam baixa ou nenhuma confiança no governo nacional, contra 39% com confiança alta ou moderadamente alta. Parlamento e partidos registaram, em média, níveis ainda mais baixos.

Os números não provam que a democracia esteja condenada. Confiança baixa pode até coexistir com cidadania exigente. Mas mostram que existe uma distância entre instituições e cidadãos que não pode ser tratada como mero ruído. Uma democracia não vive apenas de procedimentos correctos; precisa de legitimidade, percepção de justiça e capacidade de explicar por que decide.

Ao mesmo tempo, organizações internacionais que medem diferentes dimensões da democracia têm assinalado deterioração em numerosos países. As metodologias diferem e nenhum índice deve ser transformado em verdade absoluta. O sinal comum, porém, merece atenção: direitos, liberdade de imprensa, independência institucional e qualidade da representação não são conquistas irreversíveis.

Este livro não procura escolher partidos, líderes ou ideologias pelo leitor. Procura algo anterior: identificar comportamentos que tornam qualquer sistema democrático mais frágil, independentemente de quem ocupa o poder. O teste mais honesto será simples: aplicar ao nosso lado exactamente o mesmo princípio

que aplicaríamos ao lado adversário.

1. O homem que ficou à porta da vinha



Há provérbios que envelhecem melhor do que muitos discursos. “Tão ladrão é o que vai à vinha como o que fica à porta” pertence a essa família de frases que atravessam gerações porque dizem, em poucas palavras, qualquer coisa que preferíamos não ouvir. Não é uma regra jurídica e não deve ser tratada como tal. O Direito distingue quem pratica um crime, quem o ajuda, quem dele tem conhecimento e quem nada sabe. Uma democracia séria precisa dessas distinções. Mas a moral pública coloca uma pergunta adicional: o que devemos esperar de quem vê uma instituição ser degradada e possui meios para reagir?

Imaginemos uma assembleia, uma câmara municipal, uma empresa pública ou qualquer outra instituição composta por cem pessoas decentes e duas pessoas dispostas a abusar do poder. Se as cem detectarem o abuso, o denunciarem e corrigirem as regras que o permitiram, a instituição demonstrou saúde. O problema eram dois indivíduos. Mas se os dois aprenderem que ninguém quer conflitos, que o partido prefere evitar embaraços, que os colegas não querem comprometer carreiras e que o público esquecerá o assunto em duas semanas, o problema muda de natureza. Já não estamos apenas perante duas pessoas. Estamos perante um ambiente que tornou o desvio possível.

É aqui que começa a fragilidade democrática que este livro pretende explorar. Não é necessário imaginar uma sociedade povoada por vilões. Pelo contrário: o problema torna-se mais interessante quando admitimos que a maioria das pessoas é razoavelmente honesta. Como conseguem então comportamentos manifestamente contrários ao interesse público sobreviver durante

anos? A resposta encontra-se menos na existência extraordinária do mal e mais na normalidade do silêncio, do medo, da lealdade ao grupo, do cansaço e da transferência de responsabilidade.

A democracia é frequentemente ensinada como um conjunto de instituições: Parlamento, Governo, tribunais, Presidente, eleições, Constituição. Tudo isso é essencial. Mas uma democracia é também um comportamento colectivo. Depende de pessoas capazes de discordar sem se transformarem em inimigos, de jornalistas que investiguem, de funcionários que recusem ordens ilegítimas, de políticos que fiscalizem os seus próprios aliados e de cidadãos que não entreguem toda a responsabilidade no momento em que colocam o voto na urna.

O homem à porta da vinha será a nossa personagem simbólica. Voltaremos a ele muitas vezes. Não sabemos se é cúmplice, medroso, distraído ou apenas alguém convencido de que aquilo não lhe diz respeito. E é exactamente por isso que ele é interessante. Numa democracia, grande parte da degradação não acontece porque milhões de pessoas desejem destruir as instituições. Acontece porque milhões concluem, uma pequena vez de cada vez, que outra pessoa há-de tratar do assunto.

PERGUNTA AO LEITOR

Se soubesse que uma irregularidade grave acontecia dentro de uma organização a que pertence, que custo estaria disposto a suportar para a denunciar?

2. “São todos iguais” — a frase que oferece a democracia de bandeja



Há uma frase que parece crítica, mas muitas vezes funciona como desistência: “São todos iguais.” É compreensível que apareça depois de sucessivos escândalos, promessas quebradas e decisões incompreensíveis. O cidadão cansado procura uma conclusão simples para uma realidade confusa. O problema é que a frase elimina precisamente aquilo de que uma democracia necessita: a capacidade de distinguir.

Nem todos são iguais. Nem todos os políticos têm o mesmo percurso, as mesmas práticas, os mesmos conflitos de interesses ou a mesma relação com a verdade. Nem todos os jornalistas trabalham da mesma maneira. Nem todos os funcionários públicos servem com a mesma competência. Quando colocamos tudo no mesmo saco, fazemos um favor involuntário a quem se comporta pior: se todos forem considerados culpados à partida, deixa de existir vantagem reputacional em comportar-se melhor.

A democracia vive de discriminação no bom sentido da palavra: separar factos de rumores, competência de incompetência, integridade de oportunismo, erro de fraude, adversário de inimigo. O cinismo apaga essas diferenças. E quando tudo parece igualmente mau, a tentação seguinte é procurar alguém que prometa varrer o sistema inteiro. É nesse momento que o desencanto deixa de ser apenas um estado de espírito e se transforma numa vulnerabilidade política.

Criticar não é desistir. Pelo contrário, a crítica democrática pressupõe que acreditamos que algo pode ser melhor. Quem exige

contas a um governante está, implicitamente, a reconhecer que o cargo merece padrões elevados. Quem diz que nada vale a pena já não fiscaliza: abandona. A diferença parece pequena, mas é enorme.

A cidadania adulta não pede fé cega nas instituições. Pede uma desconfiança disciplinada: verificar, comparar, perguntar, exigir provas e reconhecer correcções quando elas existem. O objectivo não é amar políticos. É manter incentivos para que os melhores comportamentos tenham recompensa e os piores tenham custo.

PERGUNTA AO LEITOR

Quando dizemos “são todos iguais”, estamos a comparar factos ou a proteger-nos do esforço de distinguir?

3. O meu corrupto é menos corrupto do que o teu



A política activa um mecanismo humano muito antigo: a pertença ao grupo. Gostamos de equipas, tribos, clubes e comunidades. A pertença dá identidade e segurança. O problema começa quando aplicamos à democracia a lógica do estádio: a falta cometida pela nossa equipa parece sempre menos grave do que a mesma falta cometida pelo adversário.

Este duplo padrão é devastador para a ética pública. Se uma conduta é inaceitável quando praticada pelo partido de que não gosto, deve continuar a sê-lo quando aparece no partido em que votei. Caso contrário, não estou a defender um princípio. Estou apenas a defender uma camisola.

A maturidade democrática mede-se, em parte, pela capacidade de criticar os nossos. É fácil indignarmo-nos com o adversário; isso raramente tem custo psicológico. Mais difícil é reconhecer que alguém em quem confiámos falhou, mentiu ou abusou de uma posição. Admiti-lo obriga-nos a rever uma escolha e ameaça a imagem que temos de nós próprios. O cérebro humano prefere frequentemente encontrar uma desculpa.

Os partidos também enfrentam este dilema. Proteger um dirigente pode parecer vantajoso no imediato: evita manchetes, divisões internas e perda de votos. Mas a protecção sistemática acumula uma dívida de confiança. A mensagem enviada aos militantes e aos cidadãos é simples: os princípios são flexíveis quando o custo político é elevado.

Uma democracia robusta precisa de partidos fortes, mas não de partidos acima das regras. A lealdade partidária é legítima; a

suspensão da consciência não é. O melhor serviço que um militante pode prestar ao seu partido, em certos momentos, é obrigá-lo a ser melhor do que gostaria de ser naquele dia.

PERGUNTA AO LEITOR

Consegue recordar uma situação em que desculpou no seu campo político algo que condenaria no campo adversário?

4. “Não é ilegal” — quando a fasquia fica demasiado baixa



Poucas expressões são tão reveladoras como “não é ilegal”. À primeira vista parece uma defesa poderosa. Na realidade, pode ser apenas a admissão de que já abandonámos a pergunta mais importante. Uma sociedade não consegue escrever no Código Penal todas as formas possíveis de abuso, favoritismo, conflito de interesses, oportunismo ou falta de decoro.

A lei estabelece o mínimo obrigatório. A ética pública deve aspirar a mais. Um governante pode tomar uma decisão formalmente legal e, ainda assim, criar a aparência de favorecer alguém próximo. Um deputado pode cumprir a letra de uma regra e contornar o seu espírito. Um responsável pode usar informação privilegiada sem deixar uma impressão digital evidente. A integridade existe precisamente no espaço que a lei não consegue preencher sozinha.

Isto não significa transformar a política num concurso de pureza moral. Pessoas erram, mudam de opinião, têm relações pessoais e vivem num mundo imperfeito. Significa apenas reconhecer que o poder exige padrões adicionais porque as decisões públicas afectam quem não escolheu estar naquela relação.

Quando a defesa de uma conduta termina em “não é crime”, a pergunta seguinte deveria ser: mas é aceitável? A resposta deve considerar transparência, proporcionalidade, conflito de interesses, benefício público e capacidade de explicar a decisão à luz do dia.

Uma cultura política que só reage quando aparece matéria criminal entrega demasiado trabalho aos tribunais e demasiado pouco à política. Os juízes não foram criados para substituir a

consciência democrática. A responsabilidade política deve começar muito antes da sentença.

PERGUNTA AO LEITOR

Quantas vezes aceitamos “não é ilegal” como resposta a uma questão que era, na verdade, ética?

5. O partido primeiro, o país depois



Os partidos são indispensáveis à democracia representativa. Organizam ideias, apresentam programas, recrutam candidatos e permitem formar maiorias. O problema não é a existência de disciplina partidária. O problema surge quando a disciplina se transforma numa máquina de obediência que reduz representantes eleitos a peças previsíveis.

Um deputado enfrenta várias lealdades: aos eleitores, à Constituição, ao programa com que foi eleito, ao partido e à própria consciência. Na maior parte do tempo essas lealdades convivem. Nos momentos difíceis podem colidir. É aí que percebemos a qualidade de uma cultura democrática.

Se a carreira política depender inteiramente da aprovação da direcção partidária, discordar torna-se caro. Quem levanta problemas pode perder lugares, influência ou hipótese de reeleição. Não é necessário existir uma ordem explícita para produzir conformismo. Basta que todos conheçam o preço da independência.

O fenómeno não é exclusivo da política. Existe em empresas, universidades, associações e administrações. As organizações recompensam previsibilidade. A democracia, porém, precisa de espaço para a objecção responsável. Sem ele, o Parlamento corre o risco de ser menos uma casa de deliberação e mais um painel onde maiorias previamente definidas acendem luzes verdes ou vermelhas.

Reforçar a autonomia não significa abolir partidos nem celebrar rebeldias permanentes. Significa criar condições para que dizer “não concordo” não equivalha a suicídio profissional. Uma

instituição onde ninguém pode contrariar os seus próprios chefes perde uma parte importante da capacidade de se corrigir.

PERGUNTA AO LEITOR

Um representante eleito deve alguma vez votar contra a orientação do seu partido? Em que circunstâncias?

6. Toda a gente sabia — e ninguém sabia o suficiente



Depois de muitos escândalos surge uma frase inquietante: “Toda a gente sabia.” Quase nunca significa que todas as pessoas possuíam provas completas. Significa que circulavam sinais, rumores, comportamentos estranhos e pequenas informações dispersas. Cada pessoa conhecia um fragmento; ninguém assumia a responsabilidade de montar o puzzle.

Este é um dos mecanismos mais perigosos das organizações. A informação fragmentada produz uma ilusão de inocência colectiva. O funcionário pensa que o superior sabe. O superior pensa que o departamento jurídico verificou. O dirigente pensa que alguém teria avisado se fosse grave. E todos continuam.

A prevenção depende, por isso, de canais claros para levantar dúvidas sem medo de retaliação. Proteger denunciante não é incentivar denúncias irresponsáveis. É reconhecer que certas informações só chegam à superfície quando quem as possui acredita que não destruirá a própria vida ao falar.

Também precisamos de distinguir denúncia de condenação. Comunicar uma suspeita séria deve iniciar verificação, não um linchamento. Uma instituição madura consegue fazer as duas coisas ao mesmo tempo: proteger quem alerta de boa-fé e proteger a presunção de inocência de quem é investigado.

A frase “toda a gente sabia” deveria ser tratada como uma autópsia institucional. Se muitos perceberam fragmentos e nenhum mecanismo conseguiu reuni-los, o problema não está apenas nas pessoas. Está no desenho da organização.

PERGUNTA AO LEITOR

Na sua experiência profissional, já viu um problema que “toda a gente conhecia” mas que ninguém assumia formalmente?

7. O escândalo desta semana



Vivemos numa economia de atenção. Um escândalo explode de manhã, domina os telejornais à noite e pode desaparecer quando chega o próximo. A velocidade produz uma estranha combinação: sabemos mais acontecimentos do que nunca e lembramo-nos de menos consequências.

A indignação sem memória é politicamente barata. Durante alguns dias todos exigem explicações. Depois muda o assunto, o processo arrasta-se, as conclusões aparecem meses ou anos mais tarde e já quase ninguém recorda a pergunta inicial. A instituição aprende que resistir ao primeiro impacto pode ser suficiente.

Isto não é um argumento contra o jornalismo de actualidade. É um argumento a favor do seguimento. Uma democracia precisa de jornalistas, cidadãos e instituições capazes de voltar ao assunto quando as câmaras já saíram da porta. Quem prometeu investigar? O que foi concluído? Que regra mudou? Houve responsabilização?

A memória democrática também é responsabilidade do cidadão. Guardar uma lista mental de tudo é impossível, mas podemos abandonar o consumo puramente emocional da política. Menos escândalos em simultâneo, mais acompanhamento de alguns assuntos importantes, pode produzir mais escrutínio do que uma indignação diária.

O poder conta muitas vezes com o cansaço. A cidadania não precisa de viver permanentemente zangada. Precisa apenas de aprender a não confundir mudança de notícia com resolução do problema.

PERGUNTA AO LEITOR

De quantos escândalos políticos recorda o desfecho, e não apenas o início?

8. A democracia transformada em futebol



Quando a política se transforma em futebol, o objectivo deixa de ser governar melhor e passa a ser derrotar o outro lado. Uma medida boa pode tornar-se má apenas porque foi proposta pelo adversário. Uma ideia antes rejeitada torna-se sensata quando muda de camisola. A coerência deixa o campo.

A competição é parte da democracia. Sem alternativas, não existe escolha. Mas competição não é guerra. O adversário democrático é alguém que queremos vencer nas urnas, não alguém cuja existência consideramos ilegítima.

A linguagem importa. Quando todos os conflitos são descritos como batalhas existenciais, negociar parece traição e reconhecer mérito no outro parece fraqueza. O espaço comum diminui. O país passa a viver numa campanha eleitoral permanente.

As redes sociais amplificam este comportamento porque mensagens de identidade e confronto circulam com facilidade. O algoritmo não inventou a tribalização humana, mas aprendeu a monetizá-la. A raiva mantém-nos atentos; a nuance raramente produz o mesmo efeito.

A solução não é uma política sem paixão. Democracia sem paixão seria uma repartição pública com eleições. Precisamos de convicções fortes acompanhadas por uma regra simples: nenhum partido possui o monopólio da virtude, e nenhum eleitor deve entregar a sua consciência juntamente com o voto.

PERGUNTA AO LEITOR

Quando foi a última vez que mudou de opinião política depois de ouvir um argumento do outro lado?

9. Quando o jornalismo deixa de incomodar



O poder prefere boas notícias. É humano. Nenhum governo, empresa ou dirigente gosta de perguntas difíceis. Por isso, uma imprensa livre não deve ser avaliada pelo conforto que proporciona aos governantes, mas pela capacidade de investigar aquilo que eles prefeririam não explicar.

O jornalismo não é infalível. Pode errar, exagerar, seguir modas e sofrer pressões económicas. Deve ser criticado e responsabilizado. Mas uma democracia sem jornalismo independente perde um dos principais sistemas de detecção precoce de abuso.

Há uma diferença entre criticar uma notícia e desacreditar sistematicamente todos os mensageiros. Quando cada investigação inconveniente é tratada como conspiração e cada órgão crítico como inimigo, o cidadão fica sem árbitros minimamente comuns para discutir factos.

Também existe uma responsabilidade do público. Informação de qualidade custa dinheiro e tempo. Se exigimos investigação profunda mas só premiamos títulos incendiários e conteúdos gratuitos, criamos um mercado que recompensa precisamente o contrário daquilo que dizemos desejar.

O jornalismo saudável não substitui tribunais, parlamentos ou cidadãos. Liga-os. Descobre documentos, faz perguntas, contextualiza decisões e mantém assuntos vivos. É incómodo por definição. Uma democracia onde ninguém incomoda o poder pode parecer tranquila durante algum tempo. Essa tranquilidade é que deve preocupar-nos.

PERGUNTA AO LEITOR

Estaria disposto a pagar por jornalismo de investigação que por vezes contradissesse as suas próprias convicções?

10. O cidadão que entregou as chaves



Votar é essencial. Mas votar não esgota a cidadania. A ideia de que cumprimos todo o nosso dever democrático num domingo de quatro em quatro anos é semelhante a entregar as chaves de casa a alguém e regressar quatro anos depois para ver o que aconteceu.

Entre eleições existem consultas públicas, associações, petições, autarquias, imprensa, organizações profissionais, movimentos cívicos, pedidos de informação e inúmeras formas de participação. Nem todos podem dedicar horas por semana à política, nem isso seria desejável. Mas uma democracia saudável precisa de uma percentagem suficiente de cidadãos atentos.

A participação também deve ser inteligente. Partilhar uma publicação indignada não equivale a verificar um documento. Assinar uma petição pode ser útil, mas compreender o problema é melhor. A cidadania digital reduziu o custo de falar; não reduziu automaticamente o custo de pensar.

Há ainda uma dimensão quotidiana. Exigir factura, recusar favores indevidos, não usar conhecimentos para furar regras, respeitar bens públicos e denunciar abusos são actos democráticos em miniatura. Uma cultura de integridade não nasce apenas no Parlamento. É construída nas pequenas relações entre cidadãos e instituições.

A democracia não pede heroísmo diário. Pede que não terceirizemos completamente a vigilância. As chaves continuam a ser nossas.

PERGUNTA AO LEITOR

Que pequena acção cívica pratica entre eleições?

11. As redes sociais descobriram a nossa raiva



As redes sociais não criaram a mentira, a propaganda, o insulto ou a polarização. A humanidade praticava tudo isso muito antes da electricidade. O que mudou foi a escala, a velocidade e a capacidade de medir exactamente aquilo que prende a nossa atenção.

Uma mensagem moderada compete mal com uma acusação absoluta. Uma explicação de três páginas compete mal com um vídeo de quinze segundos. Um erro confirmado horas depois já percorreu milhões de ecrãs. O sistema recompensa reacções rápidas num domínio — a política — onde decisões boas frequentemente exigem lentidão.

A informação falsa é apenas parte do problema. Existe também informação verdadeira apresentada sem contexto, estatísticas escolhidas a dedo, vídeos cortados e títulos concebidos para provocar uma conclusão antes de lermos a notícia. Manipular não exige inventar tudo; basta seleccionar cuidadosamente o que mostramos.

A defesa não passa por transformar o Estado num árbitro onnipotente da verdade. Isso criaria perigos próprios. Passa por literacia mediática, transparência das plataformas, jornalismo competente, investigação independente e hábitos individuais de verificação.

Antes de partilhar algo que confirma exactamente aquilo que já pensávamos, talvez devêssemos desconfiar durante trinta segundos. É pouco tempo. Em democracia, pode ser uma eternidade útil.

PERGUNTA AO LEITOR

Quantas vezes partilhou uma notícia depois de ler apenas o título?

12. Quando deixámos de ensinar democracia



Muitas escolas ensinam a estrutura do Estado. Menos vezes ensinam a experiência da democracia. Um jovem pode saber quantos deputados existem e nunca ter participado numa discussão onde precisou de ouvir uma posição contrária, argumentar com evidência e aceitar uma decisão de que discordava.

Democracia aprende-se praticando. Uma associação de estudantes, um jornal escolar, uma assembleia de turma, um orçamento participativo ou um debate bem conduzido podem ensinar mais sobre cidadania do que uma página memorizada na véspera de um teste.

Também é preciso ensinar a diferença entre liberdade de expressão e imunidade à crítica. Ter o direito de dizer algo não obriga os outros a concordar. Ser contrariado não é ser censurado. Estas distinções tornam-se essenciais num ambiente digital onde conflito e identidade estão permanentemente misturados.

A educação democrática inclui ainda literacia estatística, mediática e tecnológica. Um cidadão do século XXI precisa de reconhecer manipulação de gráficos, fontes duvidosas, conteúdos sintéticos e argumentos que confundem correlação com causa. Não para se tornar especialista, mas para não ser presa fácil.

Se uma geração herdar instituições democráticas sem compreender por que existem, pode vê-las apenas como obstáculos burocráticos. A liberdade parece natural até ao dia em que deixa de estar garantida. Ensinar democracia é ensinar por que certas limitações ao poder foram construídas com tanto esforço.

PERGUNTA AO LEITOR

Uma escola deve ensinar apenas instituições democráticas ou também práticas de debate, verificação e participação?

13. O homem forte que promete resolver tudo



Quando instituições parecem lentas, contraditórias e incapazes de resolver problemas, a promessa de um líder que “faz acontecer” torna-se sedutora. A democracia discute; o homem forte decide. A democracia negocia; ele ordena. A democracia possui tribunais, regras, oposição e imprensa; ele chama a tudo isso obstáculos.

O problema é que muitos desses obstáculos foram criados precisamente para impedir que uma única pessoa concentre poder suficiente para não precisar de explicar as suas decisões. A lentidão democrática é por vezes frustrante, mas parte dela é deliberada. Obriga a ouvir, justificar, rever e permitir recurso.

Isto não significa aceitar burocracia inútil ou governos incapazes. Democracias devem ser eficazes. Se não conseguirem entregar serviços, segurança, justiça e perspectivas de futuro, enfraquecem a própria legitimidade. Defender instituições não pode ser desculpa para tolerar incompetência.

A alternativa saudável ao autoritarismo não é a paralisia. É uma democracia que consegue decidir sem eliminar controlos, reformar sem destruir contrapoderes e agir rapidamente quando necessário sem transformar a exceção em regra.

O homem forte vende simplicidade. A realidade cobra juros. Quando descobrimos que também ele erra, a diferença é que pode já não existir ninguém com força suficiente para lhe dizer que errou.

PERGUNTA AO LEITOR

Preferimos decisões rápidas mesmo quando isso significa menos fiscalização?

14. A democracia não tem piloto automático



Durante décadas, em várias sociedades europeias, tornou-se fácil imaginar a democracia como estado natural das coisas. Eleições aconteciam, governos alternavam, tribunais funcionavam e jornais criticavam. A máquina parecia automática.

Mas nenhuma instituição humana funciona para sempre sem manutenção. Pontes precisam de inspecção, software precisa de actualizações e democracias precisam de cidadãos, regras e hábitos que se renovem. A comparação não é perfeita, mas ajuda: vulnerabilidades não corrigidas acumulam-se.

Relatórios internacionais recentes têm documentado recuos democráticos em várias partes do mundo. A International IDEA registou em 2024 deterioração em pelo menos um indicador de desempenho democrático em 94 dos países avaliados quando comparados com cinco anos antes. O V-Dem, usando metodologia própria, descreve igualmente um período prolongado de autocratização global. Estes índices não são oráculos e devem ser lidos com as suas metodologias e limitações, mas apontam para uma conclusão prudente: consolidação democrática não significa irreversibilidade.

A manutenção democrática é pouco espectacular. Regras de transparência, independência judicial, fiscalização parlamentar, arquivos públicos, protecção de denunciantes, imprensa plural e educação cívica raramente produzem fotografias memoráveis. Mas são precisamente as peças aborrecidas que impedem a máquina de se desfazer.

O piloto automático é uma ilusão confortável. A democracia continua a exigir mãos no volante — muitas mãos, com capacidade de se vigiarem mutuamente.

PERGUNTA AO LEITOR

Que instituição democrática considera garantida hoje e que mecanismos concretos a protegem?

15. A revolução dos homens comuns



Depois de tantas páginas sobre fragilidade, seria fácil terminar em pessimismo. Seria também um erro. A mesma característica que torna a democracia vulnerável — depender do comportamento de milhões de pessoas comuns — é aquilo que lhe dá capacidade de recuperação.

Não precisamos de uma geração de heróis. Precisamos de padrões um pouco melhores repetidos por muita gente: políticos que expliquem decisões, partidos que afastem comportamentos incompatíveis com as suas regras, jornalistas que corrijam erros, funcionários que documentem irregularidades, cidadãos que verifiquem antes de partilhar e eleitores capazes de exigir aos seus a mesma ética que exigem aos outros.

A revolução democrática mais importante pode ser profundamente pouco revolucionária. Consiste em tornar normal aquilo que hoje por vezes parece excepcional: pedir contas sem ódio, discordar sem desumanizar, reconhecer factos inconvenientes, mudar de opinião perante evidência e aceitar que nenhum campo político é proprietário exclusivo da moral.

Também precisamos de recuperar a ideia de serviço público. O cargo político não é um prémio concedido a quem venceu. É uma autorização temporária para exercer poder pertencente à comunidade. Essa mudança de perspectiva altera tudo: transparência deixa de ser favor, escrutínio deixa de ser ataque e prestação de contas deixa de ser humilhação.

No fim, a democracia é menos uma arquitectura de mármore do que um acordo quotidiano entre desconhecidos: nenhum de nós terá

sempre razão, nenhum terá sempre poder e todos aceitaremos regras que nos protegem também quando perdemos.

PERGUNTA AO LEITOR

Qual é o primeiro comportamento democrático que poderia mudar amanhã sem esperar por qualquer governo?

Epílogo — Voltemos à vinha



Voltemos à vinha.

O portão continua aberto. Lá dentro, algumas uvas desapareceram. Talvez pouco importe quem foi o primeiro a reparar. O que importa é aquilo que aconteceu depois.

— Afinal, quem roubou a vinha? — pergunta o cidadão.

O homem junto ao portão olha para o chão.

— Foram poucos.

— E os outros?

— Os outros estavam cá.

A frase não condena todos. Obriga-nos apenas a fazer a pergunta que atravessou este livro: o que fizeram aqueles que não roubaram? Alguns terão denunciado. Outros terão investigado. Outros terão defendido regras. Outros talvez nada soubessem. E alguns terão escolhido o silêncio.

Uma democracia justa deve distinguir todos eles. Mas uma democracia viva deve também criar condições para que o silêncio seja a opção menos confortável.

Não precisamos de cidadãos permanentemente desconfiados, nem de sociedades transformadas em tribunais populares. Precisamos de instituições que mereçam confiança porque aceitam ser verificadas; de governantes que compreendam que prestar contas faz parte do cargo; de oposição que critique sem desejar o fracasso do país; de imprensa livre que saiba corrigir-se; e de cidadãos capazes de distinguir convicção de fanatismo.

A democracia não é a promessa de que os bons vencerão sempre. É a tentativa, imperfeita e extraordinária, de construir regras que limitem os maus, corrijam os erros e permitam aos bons agir antes que seja tarde.

Talvez seja essa a verdadeira lição da vinha. Não basta não entrar para roubar. Quando percebemos que algo pertence a todos, começa também a nossa responsabilidade de o proteger.

Uma nota sobre os números



Este livro usa poucos números deliberadamente. A intenção é explicar mecanismos, não afogar o leitor em tabelas.

No inquérito da OCDE sobre confiança nas instituições, realizado em Outubro e Novembro de 2023 em 30 países membros, 44% dos participantes declararam baixa ou nenhuma confiança no governo nacional, enquanto 39% declararam confiança alta ou moderadamente alta. O Parlamento nacional registou 37% e os partidos políticos 24% de confiança alta ou moderadamente alta, em média entre os países participantes.

A International IDEA informou, no Global State of Democracy 2025, que 94 países — 54% dos países avaliados — apresentavam declínio em pelo menos um factor de desempenho democrático em 2024 quando comparados com cinco anos antes. O relatório assinalou particularmente deteriorações em liberdade de imprensa, liberdade de expressão, igualdade económica e acesso à justiça.

O V-Dem Democracy Report 2026 utiliza uma metodologia diferente e apresenta igualmente um quadro de autocratização global. Como acontece com qualquer índice comparativo, as classificações dependem de definições, indicadores e escolhas metodológicas. Estes relatórios devem ser usados como instrumentos de análise, não como substitutos do julgamento político dos cidadãos.

Referências e leituras recomendadas



OECD (2024). OECD Survey on Drivers of Trust in Public Institutions – 2024 Results: Building Trust in a Complex Policy Environment. OECD Publishing.

International IDEA (2025). The Global State of Democracy 2025: Democracy on the Move.

V-Dem Institute (2026). Democracy Report 2026: Unraveling the Democratic Era?

Council of Europe / GRECO. Fourth Evaluation Round: Prevention of corruption in respect of members of parliament, judges and prosecutors — Portugal.

OECD (2020). OECD Public Integrity Handbook.

OECD (2017). Preventing Policy Capture: Integrity in Public Decision Making.

Levitsky, Steven & Ziblatt, Daniel (2018). How Democracies Die. Crown.

Mounk, Yascha (2018). The People vs. Democracy. Harvard University Press.

Snyder, Timothy (2017). On Tyranny: Twenty Lessons from the Twentieth Century. Tim Duggan Books.

Sunstein, Cass R. (2017). #Republic: Divided Democracy in the Age of Social Media. Princeton University Press.

FIM